Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

Prefeita Flávia Moretti assume compromisso com saneamento e cobra responsabilidade de gestões anteriores em Várzea Grande

Gestora apresenta Plano Municipal de Saneamento Básico e destaca investimentos já realizados na infraestrutura hídrica

Durante abertura de audiência pública que debateu o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a prefeita de Várzea Grande, Flávia Moretti, reafirmou que enfrentar os problemas históricos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constitui prioridade central de sua gestão. De forma incisiva, a gestora argumentou que administrações pretéritas negligenciaram a aplicação da legislação específica do setor.

"Vocês conhecerão tudo que foi estudado em um ano e quatro meses. Nenhum gestor teve coragem de cumprir o que a Lei do Saneamento Básico determina. A partir de agora, com o trabalho técnico adequado, enfrentaremos o desafio que outras gestões evitaram", afirmou a prefeita.

Dirigindo-se aos moradores presentes, Moretti enfatizou a pressão dos órgãos reguladores e reiterou o compromisso assumido perante a população. "Água representa vida e dignidade. Quando assumi a prefeitura, me comprometi em solucionar essa questão. Conheço a realidade de cada região da cidade", ressaltou.

A secretária de Assuntos Estratégicos, Ina de Maria, sublinhou a importância da participação comunitária no processo. "Este é um momento histórico pois reconhecemos que a escassez hídrica é o principal desafio de Várzea Grande. A população, que vivencia diariamente essa carência, é protagonista desta discussão", declarou.

Moretti apresentou o PMSB como legado duradouro para a municipalidade. "Independentemente da minha permanência no cargo, buscamos deixar um registro permanente de levar água adequada às residências", mencionou.

A gestora destacou ainda a conformidade legal de todas as etapas do planejamento e solicitou que população e instituições de controle participem ativamente do monitoramento das metas estabelecidas. "Após consolidarmos as demandas identificadas nesta audiência, encaminharemos a proposta à Câmara de Vereadores para transformá-la em legislação", informou.

O vereador Raul Curvo, presidente da Comissão de Água e Esgoto e colaborador do DAE, manifestou apoio à concessão do departamento. "Compreendo a relevância deste processo para trezentos mil habitantes. A Câmara deve aprovar este plano, delegando a um parceiro privado a responsabilidade sobre esse recurso estratégico", pontuou.

O presidente do Tribunal de Contas Estadual, Sérgio Ricardo, apontou os levantamentos realizados pela FIPE, descrevendo a situação como consequência de décadas de negligência administrativa. "Os dados indicam um quadro crítico. Várzea Grande sofreu abandono prolongado sem diretrizes de planejamento, situação que não responsabiliza a gestão atual. Requer-se investimentos na ordem de bilhões com medidas de caráter imediato", observou.

Luciane Vilela, representante do Ministério Público, defendeu a necessidade de planejamento estruturado e contínuo. "Não é viável construir a cidade de forma fragmentada. Demanda-se objetivos definidos e alocação orçamentária clara para que organismos fiscalizadores possam acompanhar o cumprimento das obrigações", comentou.

Rogério Nascimento, da Agência Reguladora, destacou o caráter inovador da supervisão implementada. "Várzea Grande é o único município que conta com acompanhamento contínuo da Ager neste processo de modernização dos serviços de água e saneamento estadual".

REALIZAÇÕES DA GESTÃO ATUAL - A prefeita informou que sua administração buscou recursos, restaurou infraestruturas, executou obras, reparou vazamentos, expandiu redes de distribuição e construiu novos sistemas de armazenamento.

"Alocamos R$ 7,99 milhões em equipamentos, finalizamos a adutora que interliga a Estação Pari ao Morro do Urubu, investindo R$ 11,98 milhões, e construímos cinco reservatórios adicionais com orçamento de R$ 16,39 milhões", explicou.

Mencionou ainda avanços na infraestrutura de esgotamento sanitário, implantação de medidores, normalização de conexões e reparo de mais de dois mil duzentos vazamentos identificados.

Referiu-se também ao TAC Aliança pela Água, que prevê alocação de sessenta milhões de reais para iniciativas emergenciais e reconstrução do sistema, recursos executados diretamente pelo Governo Estadual.